

Percepção de assistentes e auxiliares de creches acerca dos agravos à saúde mais recorrentes em crianças

Perception of daycare center assistants and auxiliaries about the most recurring health injuries in children

Maraísa Ritiele Custódio Alves de Oliveira¹, Janylle Neves Barbosa Moura¹, Lais Cardoso do Nascimento², Lihian Alves de Araújo¹, Agnes Raquel Camisão¹, Camila Cardoso³, Elias Emanuel Silva Mota^{1*}

¹Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG, Goianésia, Goiás, Brasil.

²Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, Goiás, Brasil.

³Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

*elias-emanuel@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi identificar os agravos que acometem à saúde de crianças usuárias de creches de um município do interior de Goiás e apontar as condutas realizadas pelas colaboradoras em educação infantil ao detectá-los. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva, realizada em creches públicas. Foi selecionada uma amostra probabilística de creches, representando 50% das instituições. A população do estudo foram as assistentes e auxiliares educativos, por serem os funcionários que atuam diretamente no cuidado com as crianças. A coleta de dados ocorreu em apenas uma etapa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aplicação de um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas. O estudo foi aprovado pelo CEP com o parecer de N.º 3.612.776. Os dados foram transcritos e armazenado no software Microsoft Excel, versão 2010. Em seguida, foram realizadas análises descritivas dos dados mediante uso de distribuição de frequência absoluta (N) e relativa (%). Foi constatada a presença dos agravos: gripe (90%), viroses (74%) e alergias (40%). O presente estudo evidenciou que existe uma conduta adequada e responsável das colaboradoras da creche pesquisada quando constatarem quaisquer agravos nas crianças, registrando as ocorrências em formulário próprio para este fim, comunicam a direção da instituição, bem como os pais e responsáveis, e, administram medicamento mediante prescrição médica atualizada. Concluiu-se que é de suma importância as creches manterem o controle quanto a existência e prevalência de doenças das crianças matriculadas e efetivas, a fim de criar estratégias para redução das mesmas através da promoção de saúde, tanto para as crianças quanto para os próprios colaboradores.

Palavras-chave: Assistência integral à saúde da criança. Creches. Fator de risco.

ABSTRACT

The objective of the present study was to identify the diseases that affect the health of children who uses daycare centers in a municipality in Goiás inland, and to point out the conducts performed by the collaborators in early childhood education when detecting them. This is a quantitative, descriptive research, performed in public daycare centers. It was selected a probabilistic sample of daycare centers representing 50% of the institutions. The study population were the assistants and educational auxiliaries, because they are the employees who act directly in the children care. The data collection occurred in only one-step, by signing the 'Free and Informed Consent Term' (TCLE) and applying a semi-structured questionnaire, with open and closed questions. The CEP approved the study with the Opinion of N.º: 3.612.776. The Microsoft Excel software, version 2010 transcribed and stored the data. Then, descriptive analyses of the data were performed by using absolute frequency distribution (N) and relative frequency (%). The presence of such diseases was observed: influenza (90%), viruses (74%) and allergies (40%). The present study evidenced that there is an adequate and responsible conduct of the daycare center collaborators when they observe any problems in the children, registering the occurrences in a proper form for this purpose, they communicate the direction of the institution, as well as the parents and guardians, and, administer medication by updated medical prescription. It was concluded that it is of extremely importance the daycare centers maintain control regarding the existence and prevalence of diseases in enrolled and effective children, in order to create strategies for reducing them through health promotion, both for the children and for the collaborators themselves.

Keywords: Daycare Centers. Integral assistance to child health. Risk factor.

INTRODUÇÃO

Durante o período da Revolução Industrial no século XVIII, ocorreram mudanças significativas em todas as esferas da sociedade, inclusive nos âmbitos familiares. Dentre estas mudanças, destaca-se o fato da mulher que era somente dona de casa e cuidadora; passou a ser também mantenedora e corresponsável pelas despesas familiares. Desta maneira, foram instituídas as creches com objetivo de suprir as demandas de cuidados infantis que antes eram somente atribuições maternas. A princípio, estas instituições se caracterizavam como caritativas e assistenciais e tinham como propósito cuidar das crianças carentes (Rocha, Serrão, Feyes & Pereira, 2011; Faria & Wirch, 2014; Silva, Santos, Wesp, Silva & Bispo, 2017).

Porém, no final da década de 1930, grande parte da sociedade identificava as creches como um estabelecimento não adequado para receber as crianças durante o período de trabalho dos pais. Era um local compreendido como um “*mal necessário*”, proveniente de um desajuste moral, econômico e um produto da industrialização e urbanização. Nestes espaços eram priorizados apenas os cuidados com a primeira infância, considerados pelos governantes como irrelevante, por isso se negavam a apoiar estes estabelecimentos que eram mantidos por caridade (Magalhães, 2017).

No Brasil, desde a década de 1970, as creches eram consideradas como instituições em desenvolvimento, porém, marcadas pela supressão estatal, filantropia e com a ausência de orientação pedagógica, fatos estes que dificultavam a compreensão de que eram locais de amparo, proteção e assistência para crianças de baixa renda. Durante a década de 80, surgiu no estado de São Paulo um movimento denominado “Movimento de Luta por Creches”, que influenciou o poder público a aumentar o número de creches e pré-escolas mantidas pelo Estado e creches particulares conveniadas com os governos municipais, estaduais e federal (Silva & Francischini, 2012; Gomes & Costa, 2013; Magalhães, 2017).

A partir da promulgação da Constituição de 1988, crianças de zero a seis anos foram asseguradas ao direito à educação, considerado fundamental para o desenvolvimento infantil. Esse novo paradigma foi incorporado às pré-escolas e creches, mudando a visão sobre o desenvolvimento da criança e as funções da família (Costa & Oliveira, 2011; Medeiros, Nogueira & Barroso, 2012; Nascimento, 2012).

Devido ao crescimento urbano, muitas famílias buscaram as creches públicas e/ou privadas para que cuidassem e mantivessem seus filhos durante o período que estavam trabalhando. Com o passar do tempo houve um aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, elas não estavam mais disponíveis para realizar somente as tarefas domésticas e os cuidados dos filhos, fazendo com que fosse necessário aumentar o número de instituições voltadas à educação infantil (Costa & Oliveira, 2011; Dantas, 2015; Piccinini, Polli, Bortolini, Martins & Lopes, 2016).

No entanto, a permanência da população infantil de seis meses a quatro anos de idade em ambientes fechados, aglomerados e recebendo cuidados coletivos, aumentaram os riscos de ocorrência aos agravos de saúde como: infecção respiratória aguda, gripe, resfriado, bronquiolite, escabiose, diarreias, conjuntivites, hepatite A e B, dentre outras (Gelatti et al., 2013). Segundo Pedraza, Queiroz e Sales (2012), crianças menores de dois anos que conviviam em creches ou escolas costumavam adoecer com maior frequência.

Em sua maioria, os profissionais que atuam em creches não estão capacitados para atuar com os problemas de saúde que podem acometer as crianças. Por isso, faz-se necessário capacitar estes indivíduos por meio de ações educativas, tais como: orientações sobre higiene, educação sanitária, saneamento básico, alimentação e educação em saúde. Para que eles possam compreender sobre os principais agravos à saúde que podem ocorrer na primeira infância, tendo em vista que neste período o sistema imunológico das crianças é frágil e mais susceptível a contrair doenças (Gelatti et al., 2013; Oliveira, Santos & Silva, 2012).

Mediante estas premissas, a presente pesquisa teve como objetivo identificar os agravos que acometem a saúde de crianças usuárias creches de um município do interior de Goiás, e apontar as condutas realizadas pelas colaboradoras em educação infantil ao detectá-los.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva, realizada em um município do interior de Goiás. O Município conta com 12 creches públicas e uma filantrópica. Foi selecionada uma amostra probabilística de creches, representando 50% das instituições. Para garantir a representatividade das regiões e das diversidades de colaboradores e crianças, as creches foram ordenadas por sorteio segundo regiões: norte (n=1), sul (n=1), leste (n=1), oeste (n=1) e centro-oeste (n=2). Considerou-se também o número de colaboradores por creche, com objetivo de se obter uma distribuição o mais uniforme possível.

O quadro de colaboradores atuantes nas creches soma 164 funcionários gerais (diretoras e colaboradores da limpeza e manutenção), 54 assistentes educativos e 67 auxiliares educativos. Em relação às crianças matriculadas no período de 05 de agosto a 31 de setembro de 2019, estas somam um total de 458 crianças. Foram incluídos no estudo, de acordo com os critérios de inclusão, assistentes e auxiliares educativos – por serem os funcionários que atuam diretamente no cuidado com as crianças, que trabalhavam há mais de um ano na instituição, que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O quantitativo de funcionários esperado para compor o cálculo amostral totalizou 72 assistentes e auxiliares educativos. O cálculo amostral foi baseado no número total de funcionários atuantes diretamente no cuidado com as crianças (n=121), considerando 5% de erro de estimativa amostral e nível de confiança de 90%. Seguindo os critérios de inclusão, a amostra final foi composta por 42 funcionárias.

A coleta de dados ocorreu em apenas uma etapa, no mês de setembro de 2019. Após os funcionários serem devidamente esclarecidos sobre a pesquisa, puderam assinar o TCLE e, em seguida, aplicou-se um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas. O questionário foi aplicado no horário recreativo das creches: 09:30 às 10:00 e 15:30 às 16:00. As questões do questionário foram divididas em três seções. A primeira parte objetivou uma caracterização do perfil sociodemográfico das assistentes e auxiliares de creche; a segunda parte do questionário buscou averiguar quais são os principais agravos que acometeram as crianças de zero a quatro anos que frequentaram as creches, e por fim, a terceira parte buscou averiguar as ações realizadas pelas colaboradoras em educação infantil mediante constatação de agravos.

Os dados foram transcritos e armazenados no software Microsoft Excel, versão 2010. Em seguida, foram realizadas análises descritivas dos dados mediante uso de distribuição de frequência absoluta (N) e relativa (%). Para avaliar a associação das categorias de cada variável foram empregados os testes Qui-quadrado (χ^2) de Pearson, e a correção de Yates para as variáveis com apenas duas categorias. O nível de significância estatística adotado nas análises foi 5% ($p < 0,05$).

A pesquisa foi realizada respeitando os princípios da Bioética, com base na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Evangélica de Goiás, UniEvangélica, GO, mediante o parecer de N.º 3.612.776.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi composta por 42 participantes, do gênero feminino, que atuavam em seis creches pesquisadas, respeitando os critérios de inclusão. Todas as categorias das variáveis em estudo se mostraram significativamente associadas e correlacionadas com valores de X^2 significativos no nível de 5% (Tabela 1, 3 e 4).

No perfil sociodemográfico verificou-se que 62% das assistentes e auxiliares declararam-se negras, somatória entre pretos e pardos. Houve uma variação na faixa etária das entrevistadas, contudo, 36% estavam entre 41 a 50 anos. Quanto ao nível de escolaridade, observou-se que 43% das entrevistadas possuíam o ensino superior completo, seguido pelo ensino superior incompleto (36%) (Tabela 1).

Tabela 1

Perfil sociodemográfico das colaboradoras em educação infantil de seis creches localizadas no Município de Goianésia, GO, 2019.

Variáveis	N	(%)	X ²	Valor de "p"
Raça/Cor				
Branco	16	38%		
Preta	1	2%	21	<0,001
Pardo	25	60%		
Idade				
18 - 30 anos	14	33%		
31 - 40 anos	12	29%		
41 - 50 anos	15	36%	11,90	0,008
> 50 anos	1	2%		
Escolaridade				
Ensino médio incompleto	0	0%		
Ensino médio completo	9	21%		
Ensino superior incompleto	15	36%	59,72	<0,001
Ensino superior completo	18	43%		
Tipo de Contrato				
Efetivo	21	50%		
Estagiário	14	33%	7	0,030
Contrato	7	17%		
Período de trabalho na instituição				
01 - 05 anos	24	57%		
06 - 15 anos	16	38%	17,71	<0,001
16 - 25 anos	2	5%		

Fonte: Os autores.

Notas. N: Frequência absoluta, %: Frequência relativa. X²: qui-quadrado.

Das participantes, são 50% funcionárias efetivas da instituição e os outros 50% são estagiárias ou contrato temporário. Quanto ao tempo de trabalho na instituição, 57% estão atuando entre 1 e 5 anos (Tabela 1). O tempo de vínculo empregatício de colaboradores impacta diretamente no funcionamento de uma instituição, conseqüentemente do acompanhamento de rotinas, protocolos e até mesmo do acolhimento da criança.

Ao indagar sobre quais eram os agravos que mais acometiam as crianças na faixa etária de 6 meses a 4 anos, as colaboradoras em educação infantil citaram: gripe (90%), viroses (74%) e alergias (40%) (Tabela 2). A informação "outros" resultou em 7% de frequência relativa, apresentando doenças que surgem com menor prevalência, tais como: pneumonia, intolerâncias, faringite, dentre outras.

Tabela 2

Principais doenças agravos encontrados pelas colaboradoras em educação infantil de seis creches localizadas no Município de Goianésia, GO, 2019.

Agravos	N	(%)
Gripe	38	90%
Víroses	31	74%
Alergias	17	40%
Pé, mão e boca	3	7%
Febre	3	7%
Dermatite de contato	3	7%
Infecção de ouvido	2	5%
Outros	3	7%

Fonte: Os autores.

Notas. N: Frequência absoluta, %: Frequência relativa.

Costa, Morais, Pinto e Neves (2016), em pesquisa realizada com 149 crianças de creches, nos Municípios de Diamantina e Itamarandiba/MG, em 2011, constataram que metade (50%) das crianças apresentavam doenças infecciosas com destaque para sintomas como: febre (27%), diarreia ou febre (8%) e diarreia associadas (7%), doenças crônicas como alergia (23%) e asma ou bronquite (13%).

Pedraza et al. (2012), em revisão sistemática sobre as principais doenças infecciosas em crianças pré-escolares brasileiras assistidas em creches, encontraram 55% de causas sendo como de origem enteroparasitárias. Estas infecções têm sido associadas a fatores como a aglomeração, contato direto entre as crianças ou convivência com os próprios colaboradores. A difusão de doenças também pode ser reflexo da falta de higienização das mãos, rotina entre as crianças de levarem objetos a boca e/ou incontinência fecal.

Além disso, as infecções respiratórias de vias aéreas superiores e inferiores como: resfriados, faringites, sinusites, bronquites, bronquiolite, pneumonias, otite média aguda e infecção bacteriana, também se encontram como responsáveis por grande parte dos casos de doenças que acomete as crianças nas creches (Nesti & Goldbaum, 2007).

O contato direto, na maioria das vezes pelas mãos, é avaliado como principal meio de transmissão da maioria das infecções pediátricas, sendo assim, a principal conduta de prevenção é a lavagem correta das mãos, podendo esta gerar grande impacto na saúde pública (Nesti & Goldbaum, 2007).

Quando questionadas sobre a tomada de conduta mediante a constatação de agravos à saúde das crianças, 62% das entrevistadas declaram que comunicam os pais ou responsáveis. Quanto ao percentual de funcionários que utilizam formulário de anotações das enfermidades das crianças - caderno de planos e relatórios das enfermidades, 71% disseram fazê-los (Tabela 3).

Tabela 3

Ações realizadas mediante constatação de agravos pelas colaboradoras em educação infantil de seis creches localizadas no Município de Goianésia, GO, 2019.

Variáveis	N	(%)	X ²	Valor de "p"
Conduta				
Aferição de temperatura	7	11%		
Comunica a direção	14	22%		
Comunica aos pais ou responsável	40	62%	*	—
Solicita atendimento do SAMU	2	3%		
Aciona o conselho tutelar	1	2%		
Medicação				
Mediante receita médica atualizada	36	86%	21,42	<0,001
Nunca	6	14%		
Formulário para anotações				
Sim	30	71%	7,71	0,0054
Não	12	29%		
Tipo				
Caderno de planos e relatórios	30	71%		

Fonte: Os autores.

Notas. *O entrevistado poderia responder uma ou mais categoria. N: Frequência absoluta, %: Frequência relativa. X²: qui-quadrado.

Sarubbi, Muylaert, Gallo e Gallo (2014) descrevem que as informações sobre os agravos mais recorrentes nas creches e as ações realizadas mediante estas precisam ser descritas e constantemente consultadas. Tal atitude se faz importante para que haja o controle sobre a periodicidade com que determinadas doenças acometem as crianças das creches bem como a gravidade das mesmas. Ademais, esses dados podem auxiliar no controle e na prevenção de doenças nesse ambiente. É indispensável enfatizar e motivar o uso de formulários e/ou planilhas para esse controle a fim de auxiliar na prevenção, promoção e combate às doenças prevalentes em crianças.

Quando questionadas se utilizavam algum tipo de medicação ao detectarem algum problema de saúde com a criança, 86% das participantes confirmaram utilizar apenas mediante prescrição médica atualizada (Tabela 3).

Ao serem questionadas se receberam formação para lidar com as crianças enfermas, 79% das entrevistadas disseram ter recebido formação continuada e palestras ofertadas na instituição, ambos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação do Município estudado (Tabela 4). Durante a pesquisa os colaboradores demonstraram interesse em receber o acompanhamento das equipes de saúde e manifestaram disposição em participar de outros treinamentos.

Tabela 4

Treinamentos recebidos pelas colaboradoras em educação infantil de seis creches localizadas no Município de Goianésia, GO, 2019.

Variáveis	N	(%)	X ²	Valor de "p"
Treinamento				
Sim	33	79%	13,71	<0,001
Não	9	21%		
Quais				
Formação continuada pela Secretaria de educação	26	81%	8,257	0,004
Palestras na instituição	6	19%		

Fonte: Os autores.

Notas. N: Frequência absoluta, %: Frequência relativa. X²: qui-quadrado.

Vale ressaltar ainda que alguns participantes relataram sentimento de insegurança acerca dos cuidados e sobre os encaminhamentos necessários que deveriam realizar ao deparar-se com algum tipo de enfermidade nas crianças, além de expressarem a necessidade de cursos de capacitação e/ou até mesmo palestras frequentes. Também mencionaram a necessidade de suporte dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), realizando contato com a participação dos pais ou responsáveis pelas crianças, a fim de serem capacitados para prevenir eventuais doenças e/ou a propagação destas.

Faria e Wichr (2014), em um estudo realizado com 30 profissionais, em seis creches públicas, no Município de Diamantina, MG, evidenciaram a importância das práticas preventivas para promover a saúde e a qualidade de vida. Consideraram que as crianças não possuem autonomia para cuidar de si mesmas, e são respaldadas por lei quanto ao direito de receberem apoio e cuidados específicos durante os primeiros anos de vida, sendo responsabilidade de todos (pais, responsáveis, profissionais das creches e cuidadores) realizar ações de prevenção e cuidado.

Salienta-se que o sistema imunológico das crianças, por estarem em desenvolvimento, é frágil, estando mais propensas a adquirirem doenças oportunistas. Sendo assim, as orientações fornecidas aos familiares através dos educadores têm como objetivo informar sobre o crescimento e desenvolvimento normal, assim como direcionar práticas educativas e de prevenção que alcancem pais e filhos para obtenção e manutenção da saúde (Oliveira et al., 2012).

Nesse contexto educativo, embora não seja uma rotina a presença do enfermeiro na equipe das creches, esse profissional têm se mostrado importante referência acerca dos cuidados presentes na interface saúde-educação, ao investigar diferentes elementos como adaptação da criança e da família à instituição, alimentação, sono e repouso, prevenção de acidentes e doenças, promoção da saúde, assim como o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento físico e emocional, contextualizando-os em uma proposta de cuidado à criança nas creches e pré-escolas (Oliveira et al., 2012; Silva et al., 2017; Galvão, 2018).

CONCLUSÃO

Neste estudo foi possível evidenciar que existe uma conduta adequada e responsável das colaboradoras da creche pesquisada quando constatarem quaisquer agravos nas crianças, registrando as ocorrências em formulário próprio para este fim, comunicam a direção da instituição bem como os pais e responsáveis, e ainda, se houver necessidade de a criança ingerir algum medicamento, este é administrado quando possui prescrição médica atualizada.

Concluiu-se também que é de suma importância as creches manterem o controle quanto a existência e prevalência de doenças das crianças matriculadas e efetivas, a fim de criar estratégias

para redução das mesmas através da promoção de saúde, tanto para as crianças quanto para os próprios colaboradores. Nesse sentido, o enfermeiro é um dos profissionais da área da saúde mais capacitados para atuar na interface saúde-educação de crianças, pais e colaboradores uma vez que o mesmo já atua com estratégias educativas na atenção primária e, ainda, possui conhecimento técnico científico para atuar no processo saúde-doença, principalmente em casos de urgência e emergência.

REFERÊNCIAS

- Costa, S. D. O., Morais, R. L. S., Pinto, P. A. F., & Neves, K. R. (2016). Prevalência de doenças infecciosas e crônicas em crianças de creches públicas. *Arquivos de Ciências da Saúde*, 23(3), pp. 85-92. doi: 10.17696/2318-3691.23.3.2016.182
- Costa, A. C. M., & Oliveira, M. C. (2011). As políticas públicas de educação infantil no contexto do neoliberalismo. *Revista Educação Popular*, 10, pp. 89-97. Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20145>
- Dantas, A. S. M. (2015). Crianças em creche: um espaço onde o cuidar e o educar caminham juntos. *Psicologado*, 8, pp. 1-9. Recuperado de <https://psicologado.com.br/atuacao/politicas-publicas/criancas-em-creche-um-espaco-onde-o-cuidar-e-o-educar-caminham-juntos>
- Faria, M. L., & Wirch, P. (2014). Creche, criança e saúde. *Revista Mineira de Enfermagem - REME*, 18(1), pp. 147-151. Recuperado de <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/914>
- Galvão, D. M. P. G. O. (2018). Enfermeiro na creche/jardim-de-infância: perspectiva dos professores de uma Escola Superior de Enfermagem. *Enfermería Global*, 51, pp. 381-393. Recuperado de http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v17n51/pt_1695-6141-eg-17-51-368.pdf
- Gelatti, L. C., Pereira, A. S. S., Mendes, A. P. S., Jasem, D. F. A., Nascimento, F. S., Bastos, H. L., ... Reis, N. O. (2013). Ocorrência de parasitos e comensais intestinais numa população de escolares do município de Uruaçu, Goiás. *Revista Fasem Ciências*, 3(1) pp. 55-65. Recuperado de <https://revista.fasem.edu.br/index.php/fasem/article/view/28>
- Gomes, E. S., & Costa Filho, J. (2013). Historicidade da infância no Brasil. *El Futuro del Pasado*, 4, pp. 255-276. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4260556.pdf>
- Magalhães, C. M. (2017). A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. *Revista Linhas*, 18(38), pp. 80-142, 2017. Recuperado de <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017081>
- Medeiros, A. F., Nogueira, E. M. L., & Barroso, F. C. S. (2012). Desatando os nós das políticas de educação infantil no Brasil. *Espaço do Currículo*, 5(1), pp. 287-293. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/14064>
- Nascimento, M. L. B. P. (2012). As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, 17(49), pp. 59-80. doi: 10.1590/S1413-24782012000100004
- Nesti, M. M., & Goldbaum, M. (2007) As creches e pré-escolas e as doenças transmissíveis. *Jornal de Pediatria*, 83(4), pp. 299-312. doi: 10.2223/JPED.1649

- Oliveira, M., Santos, P. P., & Silva, W. G. (2012). *A necessidade da inserção de enfermeiros nas creches: um aspecto para investigação de enfermagem*. Monografia (Graduação em enfermagem). Universidade Presidente Antônio Carlos, Sabará, Brasil.
- Pedraza, D. F., Queiroz, D., & Sales, M. C. (2014). Doenças infecciosas em crianças pré-escolares brasileiras assistidas em creches. *Ciências & Saúde Coletiva*, 19(2), pp. 511-528. doi: 10.1590/1413-81232014192.09592012
- Piccinini, C. A., Polli, R. G., Bortolini, M., Martins, G. D. F., & Lopes, R. C. S. (2016). Razões maternas para colocar ou não o bebê na creche. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(3), pp. 59-74. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v68n3/06.pdf>
- Rocha, J., Serrão, S. M., Feyes, V. J., & Pereira, D. R. (2011, outubro). Educação Infantil, os desafios das creches no equilíbrio entre o educar e o cuidar. In *Anais do III Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano, Educação e Pesquisa: a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores Lins*, São Paulo, SP.
- Sarubbi Júnior, V., Muylaert, C. J., Gallo, S. M., & Gallo, P. R. (2014). No contexto da creche: a enfermagem e suas representações do cuidado à criança como ato educativo. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(spe2), pp. 46-52. doi: 10.1590/S0080-623420140000800008
- Silva, C. V. M., & Francischini, R. (2012). O surgimento da Educação Infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. *Praxis Educacional*, 8(12), pp. 257-276. Recuperado de <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/699>
- Silva, M. F. A., Santos, P. F. B. B., Wesp, L. H. S., Silva, L. L. I., & Bispo, W. F. (2017). A enfermagem nas instituições de educação infantil: refletindo sobre essa parceria. *Revista de Enfermagem da UFPE*, 11(8), pp. 3310-6. doi: 10.5205/1981-8963-v11i8a110198p3310-3316-2017